



ARTIGO DE REVISÃO

SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NO BRASIL E O PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE: UMA REFLEXÃO CRÍTICA

Public health services in Brazil and the principle of universality: a critical reflection

ISSN: 2178-7514

Vol. 16 | Nº. 2 | Ano 2024

José Pereira Gaspar Filho¹, Joelma Veras da Silva², Lilia de Farias Monteiro Barbosa³
Ana Flávia Costa Eccard⁴, Francisco Rosa da Rocha⁵, Maria Kaliane Damiano Estevam⁶
Heitor Costa Azevedo de Lucena⁹, Bruna Karoline de Almeida Santiago, Thalisson Magno de Oliveira¹⁰
José Antonio da Silva⁷, Brisa Ricardo Xavier da Silva⁶, João Pedro Neto de Sousa⁸

RESUMO

O objetivo da pesquisa foi realizar uma reflexão crítica sobre as políticas e práticas de saúde no país, identificando lacunas e propondo soluções. Utilizando uma revisão integrativa de literatura, foram abordados aspectos como a contextualização histórica do Sistema Único de Saúde (SUS), os desafios na implementação da universalidade e as oportunidades para sua melhoria. O SUS, criado pela Constituição de 1988, visa garantir acesso universal, integral e equitativo à saúde, porém enfrenta problemas como desigualdades regionais, má distribuição de recursos e socioeconômicas. Entre as oportunidades para aprimorar a universalidade no acesso à saúde, destacam-se a expansão da atenção primária, modelos inovadores de cuidados baseados na comunidade, a integração da tecnologia da informação e comunicação e o fortalecimento da participação social. Em conclusão, a pesquisa destaca a necessidade de abordagens multifacetadas para superar os desafios e alcançar um sistema de saúde mais inclusivo e centrado no paciente, em conformidade com os princípios constitucionais.

Palavras-chave: SUS; Universalidade; Serviço público de saúde.

ABSTRACT

The objective of the research was to carry out a critical reflection on health policies and practices in the country, identifying gaps and proposing solutions. Using an integrative literature review, aspects such as the historical contextualization of the Unified Health System (SUS), the challenges in implementing universality and opportunities for its improvement were addressed. The SUS, created by the 1988 Constitution, aims to guarantee universal, comprehensive and equitable access to health, but faces problems such as regional inequalities, poor distribution of resources and socioeconomic issues. Among the opportunities to improve universality in access to health, the expansion of primary care, innovative models of community-based care, the integration of information and communication technology and the strengthening of social participation stand out. In conclusion, the research highlights the need for multifaceted approaches to overcome challenges and achieve a more inclusive, patient-centered healthcare system in line with constitutional principles.

Keywords: SUS; Universality; Public health service.

Autor de correspondência

José Pereira Gaspar Filho

jpgasparfilho@gmail.com

- 1-Faculdade de Educação São Luís
- 2-UNESA
- 3-Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
- 4-Unifacvest
- 5-Instituto Federal do Amazonas - Campus Tefé
- 6-Universidade Federal da Paraíba - UFPB
- 7-Universidade Americana - FUUSA
- 8-Universidade Federal de Mato Grosso
- 9-Unifacisa
- 10-Universidade de Cuiabá UNIC
- 11-

INTRODUÇÃO

A universalidade no acesso aos serviços públicos de saúde é um princípio fundamental estabelecido na Constituição Federal de 1988, que garante a todos os brasileiros o direito à saúde como um dever do Estado. No entanto, apesar dos avanços significativos nas últimas décadas, a efetivação desse princípio continua sendo um desafio para o sistema de saúde brasileiro. Nesta reflexão crítica, examinaremos as complexidades e as limitações da universalidade no acesso aos serviços públicos de saúde no Brasil⁶.

Desde a promulgação da Constituição de 1988, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem sido o principal instrumento para promover a universalidade no acesso à saúde no país. Sob o princípio da integralidade, o SUS busca oferecer um conjunto completo de serviços de saúde, desde a prevenção até o tratamento de doenças, com base nas necessidades individuais de cada cidadão. No entanto, apesar dos esforços para expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saúde, persistem desafios relacionados à falta de infraestrutura adequada, à má distribuição de recursos e à desigualdade no acesso aos serviços de saúde entre diferentes regiões e grupos sociais⁷.

Outro aspecto importante a ser considerado é a intersecção entre a universalidade no acesso aos serviços de saúde e outros determinantes sociais, como renda, educação e moradia. A desigualdade socioeconômica

e a exclusão social muitas vezes se refletem na falta de acesso a serviços de saúde de qualidade, especialmente para grupos marginalizados, como populações indígenas, quilombolas, pessoas em situação de rua e LGBTQIA+. Portanto, para alcançar verdadeira universalidade no acesso aos serviços de saúde, é essencial abordar não apenas as questões relacionadas à infraestrutura e aos recursos, mas também as desigualdades sociais e estruturais que perpetuam a exclusão e a marginalização².

Diante desse contexto, o objetivo desta pesquisa foi realizar uma reflexão crítica sobre as políticas e práticas de saúde no Brasil, a fim de identificar lacunas e propor soluções para garantir a universalidade no acesso aos serviços públicos de saúde. Tratou-se de uma revisão integrativa de literatura, a qual foi realizada nas plataformas Google Acadêmico e SciELO.

DESENVOLVIMENTO

Serviços públicos de saúde no Brasil: o Sistema Único de Saúde (SUS)

A contextualização histórica do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil remonta ao período pré-Constituição de 1988, quando o país enfrentava desafios significativos em relação ao acesso universal e equitativo aos serviços de saúde. Antes da criação do SUS, o sistema de saúde brasileiro era marcado por uma fragmentação extrema, com diferentes programas e serviços de saúde operando de forma desconectada e muitas vezes privilegiando apenas aqueles com condições financeiras privilegiadas³.

No entanto, foi somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 que o direito à saúde foi consagrado como um direito fundamental de todos os cidadãos brasileiros e dever do Estado. Foi nesse contexto que o SUS foi oficialmente criado, estabelecendo-se como o principal instrumento para promover a universalidade, integralidade e equidade no acesso aos serviços de saúde em todo o país⁴.

O SUS foi concebido como um sistema de saúde público, gratuito e de qualidade, destinado a atender a todas as camadas da população, independentemente de sua capacidade financeira. A ideia era proporcionar uma cobertura abrangente, desde a prevenção até o tratamento de doenças, com base nas necessidades individuais de cada cidadão¹.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores sistemas de saúde pública do mundo e representa um marco na história da saúde no Brasil. Criado pela Constituição Federal de 1988, o SUS é um sistema de saúde público, universal, integral e gratuito que tem como principal objetivo garantir o acesso igualitário de todos os cidadãos brasileiros aos serviços de saúde¹.

O SUS é baseado em princípios fundamentais, incluindo a universalidade, que assegura o acesso a todos, sem discriminação ou privilégios; a integralidade, que visa garantir assistência desde a promoção da saúde até o tratamento de doenças, incluindo ações preventivas, curativas e de reabilitação; a equidade, que busca reduzir as desigualdades regionais

e sociais no acesso aos serviços de saúde; e a participação social, que envolve a participação da comunidade na gestão e no controle das políticas de saúde³.

O SUS é composto por uma ampla rede de serviços de saúde, que inclui desde postos de saúde e unidades básicas de saúde até hospitais especializados, centros de referência e laboratórios. Ele abrange tanto a atenção primária à saúde, que é realizada nos serviços de saúde de menor complexidade e é responsável pelo acompanhamento contínuo da saúde da população, quanto à atenção especializada, que engloba tratamentos mais complexos e procedimentos hospitalares³.

Além disso, o SUS também oferece serviços de média e alta complexidade, como cirurgias, exames especializados, tratamento de doenças crônicas, transplantes e cuidados intensivos. Todo o sistema é financiado com recursos públicos, provenientes dos governos federal, estaduais e municipais, além de contribuições sociais⁵.

Desafios na Implementação da Universalidade no acesso aos serviços públicos de saúde no Brasil

A implementação da universalidade no acesso aos serviços públicos de saúde no Brasil enfrenta uma série de desafios complexos que dificultam a efetivação desse princípio fundamental. Um dos principais obstáculos é a desigualdade regional, onde áreas urbanas

geralmente desfrutam de melhor infraestrutura e mais recursos de saúde em comparação com áreas rurais e remotas, resultando em disparidades significativas no acesso aos cuidados de saúde⁷.

Além disso, a má distribuição de recursos dentro do sistema de saúde brasileiro é uma questão crítica, levando à escassez de equipamentos, medicamentos e profissionais de saúde em certas regiões ou unidades de saúde. A falta de infraestrutura adequada também é um problema sério, com muitas unidades de saúde sofrendo com a falta de equipamentos médicos, instalações precárias e falta de manutenção adequada, o que afeta diretamente a qualidade dos serviços prestados⁷.

As desigualdades sociais e econômicas exacerbam ainda mais esses desafios, com populações de baixa renda, grupos étnicos minoritários e pessoas em situação de vulnerabilidade enfrentando maiores dificuldades para acessar os serviços de saúde devido a barreiras como falta de transporte, educação precária sobre saúde e discriminação⁶.

Outro desafio significativo é a escassez de profissionais de saúde qualificados, uma questão crônica em várias regiões do país, especialmente em áreas remotas e rurais. Isso limita a capacidade dos serviços de saúde de fornecer atendimento adequado e oportuno, aumentando as disparidades no acesso à saúde. Além disso, a burocracia excessiva e a gestão ineficiente representam problemas adicionais, resultando em processos administrativos complexos, falta de transparência e desperdício de recursos².

Oportunidades para a melhoria da Universalidade no Acesso à Saúde

Melhorar a universalidade no acesso à saúde no Brasil oferece oportunidades significativas para promover um sistema de saúde mais equitativo, eficiente e abrangente. Uma das principais oportunidades reside na expansão e fortalecimento da atenção primária à saúde (APS). Investir na APS não apenas facilita o acesso a serviços de saúde de qualidade, mas também promove a prevenção de doenças, o diagnóstico precoce e o manejo de condições de saúde crônicas. Isso pode reduzir a demanda por serviços hospitalares mais caros e especializados, aliviando a pressão sobre o sistema de saúde como um todo⁷.

Outra oportunidade está na implementação de modelos inovadores de cuidados de saúde baseados na comunidade. Esses modelos envolvem a participação ativa das comunidades na concepção, implementação e avaliação de programas de saúde, levando em consideração suas necessidades, valores e contextos socioculturais específicos. Ao fortalecer a capacidade das comunidades para cuidar de sua própria saúde, esses modelos podem promover uma maior autonomia e empoderamento, além de melhorar os resultados de saúde⁷.

Além disso, a integração de tecnologia da informação e comunicação (TIC) nos serviços de saúde oferece uma oportunidade única para melhorar a acessibilidade, eficiência e qualidade dos cuidados. Isso inclui o desenvolvimento de

sistemas de informação de saúde interoperáveis e integrados, o uso de telemedicina para alcançar populações remotas e subatendidas, e a implementação de aplicativos móveis e plataformas online para educar e capacitar os pacientes. A TIC pode reduzir as barreiras geográficas, financeiras e culturais ao acesso à saúde, proporcionando uma oportunidade para atender às necessidades de saúde da população de forma mais eficaz e abrangente⁵.

Outra oportunidade importante é o fortalecimento da participação social e do controle social sobre o sistema de saúde. Isso envolve o envolvimento ativo dos cidadãos na formulação de políticas de saúde, na gestão de serviços de saúde e na avaliação da qualidade e eficácia dos cuidados. Ao promover a transparência, a prestação de contas e a responsabilidade no sistema de saúde, a participação social pode ajudar a garantir que os serviços de saúde atendam às necessidades e prioridades da população, promovendo assim a universalidade no acesso à saúde⁶.

A melhoria da universalidade no acesso à saúde no Brasil oferece uma série de oportunidades para promover um sistema de saúde mais inclusivo, eficiente e centrado no paciente. Ao investir na expansão da APS, implementar modelos inovadores de cuidados baseados na comunidade, integrar a TIC nos serviços de saúde e fortalecer a participação social, o país pode avançar em direção a um sistema de saúde que atenda às necessidades de toda a população, independentemente de sua origem, localização ou condição socioeconômica⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada sobre a universalidade no acesso aos serviços públicos de saúde no Brasil, torna-se evidente a complexidade dos desafios enfrentados pelo sistema de saúde do país. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha estabelecido a saúde como um direito fundamental de todos os brasileiros, a efetivação desse princípio continua sendo um desafio, refletido nas disparidades regionais, na má distribuição de recursos e nas desigualdades sociais que permeiam o acesso aos serviços de saúde.

O Sistema Único de Saúde (SUS), desde sua criação, tem sido o principal instrumento para promover a universalidade no acesso à saúde no Brasil. No entanto, apesar dos esforços para expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços, persistem desafios relacionados à infraestrutura inadequada e à falta de profissionais de saúde qualificados, entre outros aspectos.

No entanto, é importante reconhecer que existem oportunidades significativas para a melhoria da universalidade no acesso à saúde. A expansão da atenção primária à saúde, a implementação de modelos inovadores baseados na comunidade, a integração da tecnologia da informação e comunicação nos serviços de saúde e o fortalecimento da participação social são algumas das estratégias que podem ser adotadas para enfrentar esses desafios. Investir na atenção primária à saúde não apenas facilita o acesso a

serviços de qualidade, mas também promove a prevenção de doenças e o manejo de condições crônicas, reduzindo a necessidade de intervenções mais complexas.

Além disso, modelos de cuidados de saúde baseados na comunidade podem promover uma maior autonomia e empoderamento das comunidades, melhorando os resultados de saúde. A integração da tecnologia da informação e comunicação nos serviços de saúde pode reduzir as barreiras ao acesso, especialmente em áreas remotas, enquanto fortalecer a participação social pode garantir que os serviços atendam às necessidades e prioridades da população.

Em suma, a melhoria da universalidade no acesso à saúde no Brasil requer uma abordagem multifacetada que aborde não apenas as questões relacionadas à infraestrutura e aos recursos, mas também as desigualdades sociais e estruturais que perpetuam a exclusão e a marginalização. Ao adotar estratégias que promovam a equidade, a eficiência e a participação da comunidade, o país pode avançar em direção a um sistema de saúde mais inclusivo e centrado no paciente, verdadeiramente alinhado com os princípios estabelecidos na Constituição Federal.

REFERÊNCIAS

1. MELLO GA, et al. O processo de regionalização do SUS: revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2017;22(4):1291-1310.
2. MENEZES APR, et al. O futuro do SUS: impactos das reformas neoliberais na saúde pública – austeridade versus universalidade. *Saúde debate*. 2019;43.
3. PAIM JS. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2018;23(6):1723-1728.

4. PEDUZZI M. O SUS é interprofissional. *Interface - Comunicação Saúde Educação*. 2016;20(56).
5. SANTOS L, CAMPOS GWS. SUS Brasil: a região de saúde como caminho. *Saúde Soc. São Paulo*. 2015;24(2):438-446.
6. Silva LS, Viegas SMF, Nascimento LC do, Menezes C, Martins JRT, Potrich T. Universalidade do acesso e acessibilidade no cotidiano da atenção primária: vivências de usuários do SUS. *R. Enferm. Cent. O. Min.* [Internet]. 2020 Oct 23.
7. Tetemann EC, Trugilho SM, Sogame LCM. Universalidade e Territorialização no SUS: contradições e tensões inerentes / Universality and Territorialization in SUS: contradictions and tensions inherent. *Textos Contextos (Porto Alegre)* [Internet]. 2016 Dec 19.

Observação: os/(as) autores/(as) declaram não existir conflitos de interesses de qualquer natureza.